

DPU adverte que edificar sobre a praia é proibido

Cláudia Feliz

O que fazer para preservar o que ainda resta de "intocável" dos 411 quilômetros do litoral do Espírito Santo? Os problemas registrados atualmente na orla de Vila Velha, mais precisamente entre as praias de Itapoã e Itaparica, onde a construção de 153 quiosques, a maioria dotada de banheiros, resulta em ameaça ao meio ambiente (lê-se contaminação da praia), despertam as autoridades públicas para a verdadeira ocupação do patrimônio público. Transferir o uso da praia para particular é crime", diz o prefeito Vasco Alves, preocupado com a situação registrada em seu município. Em nível estadual, a delegada do Departamento de Patrimônio da União (DPU), Shisue Kawashima de Souza, admite que muitas prefeituras estimulam a ocupação, e lembra que edificar sobre a praia é proibido. Por isso, diante do processo que avança em terras capixabas — que o secretário para Assuntos do Meio Ambiente, Almir Bressan, define como "copacabanização" — ela promete realizar um levantamento completo da situação e, identificadas as irregularidades, denunciá-las à Advocacia Geral da União e à Procuradoria Geral da República. O objetivo é fazer com que os órgãos possam ingressar com ações civis responsáveis.



A construção de 153 quiosques em Itaparica, alguns com banheiro, pode provocar a contaminação da praia.

A delegada do Departamento de Patrimônio da União (DPU), Shisue Kawashima de Sousa, admite ter poder suficiente para requerer à Procuradoria da Fazenda Nacional (com o devido apoio da Polícia Federal), uma verdadeira ação de retirada de todos os invasores da orla marítima do Estado. Mas a delegada, há dois anos "a frente da representação do órgão no Espírito Santo, também admite que a situação é complexa e não quer ser "a vilã da história". A princípio, diz que somente a Praia da Costa — onde a urbanização não teria afetado a faixa de areia — obteve cessão do DPU para que o projeto fosse implantado. Nas demais praias, as prefeituras teriam executado ou permitido a execução de obras à revelia do DPU.

"Prefeitos que enchem a orla de barracas não têm uma visão turística correta. No Espírito Santo,

observa-se que há descuido em relação às praias e que cada prefeito age conforme deseja", diz a delegada, lembrando que a população também precisa estar consciente de que terrenos de marinha pertencem ao povo. "Depois de construídos os quiosques, principalmente os de alvenaria, a retirada acaba sendo vista como algo violento, um problema social, por envolver o sustento de famílias", comenta ela.

Pressões

Shisue Kawashima não nega que, por cumprir a legislação, enquanto responsável pelo patrimônio da União no Estado, acaba tornando-se alvo de pressões. Cita o Decreto-Lei 9.760, que entrou em vigor ainda na década de 40, para explicar o respaldo legal segundo o qual a praia é um bem público de uso comum, que não pode ser ocupado. "É um bem que não pode ser privilégio de alguns", reforça. Possíveis edificações só po-

dem ser feitas, com a devida autorização dos órgãos competentes, a partir de 33 metros da maré mais alta.

Dispondo de apenas cinco engenheiros no setor de fiscalização, o DPU, porém, não tem conseguido identificar as irregularidades existentes na orla do Espírito Santo. "Precisamos da ajuda da população, que deve denunciar", diz a delegada. Diante do avanço do processo de ocupação, e da constatação de que as construções vêm ocorrendo sem o devido conhecimento do órgão, Shisue Kawashima promete que solicitará informações às prefeituras e, identificadas as irregularidades, vai denunciá-las à Procuradoria-Geral da República e à Advocacia-Geral da União. A proposta é fazer com que prefeituras possam ser acionadas na Justiça por possíveis danos ao meio ambiente e uso indevido de área comum do povo.

Vasco admite demolir quiosques em VV

As praias de Itaparica e Itapoã, em Vila Velha, refletem hoje a situação mais grave em termos de ocupação da orla marítima. Um projeto de urbanização elaborado pela Prefeitura, na administração passada, dotou a região de um calçadão, 153 quiosques (barracas de

tamento de esgotos eficiente. Por isso, verdadeiras "lagos" de dejetos surgiram no local. Técnicos da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), interditarão 54 banheiros, mas, na última sexta-feira, o secretário Almir Bressan admitia que alguns, à revelia de determinações, já foram

obra para "segurar o cargo".

Na Seama, informações dão conta de que os banheiros não teriam tido projeto hidrossanitário aprovado. Tudo teria sido feito à revelia do órgão que, por sua vez, chegou a orientar a PMVV, na hipótese de construção dos banheiros, que eles fossem a 50 metros

rio Cultural e Natural do Ministério Público, o promotor Humberto Alexandre Campos Ramos admite que "lei é o que não falta no país", numa referência à legislação que regula a ocupação do solo e a proteção de bens públicos como as praias. Mas diz que falta estrutura financeira para as ações compe-

Foto de Nestor Müller

Desrespeito a normas e leis

Para o prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira Júnior, é preciso ampliar o elo de ligação entre os cidadãos e a cidade para que as pessoas possam, efetivamente, se preocupar com a qualidade de vida, preservando bens de uso coletivo, como a orla marítima. Ele afirma que a urbanização das praias de Itapoã e Itaparica, pela administração do ex-prefeito Jorge Anders, é um dos mais sérios problemas hoje registrados no município. Do ponto de vista sanitário, ambiental e do próprio direito, Vasco Alves diz que houve desrespeito a normas e leis. Em Anchieta, município litorâneo do Sul do Estado, o secretário de Turismo, José Olímpio Alóchio, admite problemas na praia de Iriri, onde 18 quiosques, construídos por particulares, constituiriam uma das preocupações.

José Alóchio lembra que turistas gosta de organização, limpeza,

bom atendimento. Assegura que a lei orgânica do município proíbe construções nas praias e garante que autorizações nesse sentido foram dadas por administrações passadas da Prefeitura, "de boca". Em Iriri, segundo ele, os donos dos quiosques "julgam-se donos da praia, com direitos demais", rejeitando orientações até mesmo no sentido de seguirem a legislação sanitária.

Em Vila Velha, Vasco Alves lembra que "privatizar a praia é um crime gravíssimo", numa referência ao fato de os quiosques serem explorados por particulares que arcaram com as despesas da construção. "Há uma cultura de degradação que precisa ser eliminada", frisa. O município está desenvolvendo um projeto de uso da orla marítima e vai elaborar um plano diretor de saneamento. O código sanitário só recentemente foi sancionado e o prefeito já criou a estrutura de fiscalização.

Alteração iguala toda a orla

O secretário de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), Almir Bressan, não nega que, como homem público, se sintia dividido entre o que determina a legislação e "os anseios da população". No que diz respeito à urbanização da orla marítima do Espírito Santo — um dos fortes atrativos dos turistas, ansiosamente esperados nesta época do ano — garante que, como cidadão, diz "não" às barraquinhas e calçadões que, com raras exceções, agredem o meio ambiente, alterando, inclusive, a linha de força (contato terra-mar) da orla. A alteração da característica de cada praia acaba igualando toda a orla, segundo admite a coordenadora de Recursos Naturais da Seama, Linda Suzana Brant.

Almir Bressan define as chamadas obras de urbanização de praias no Espírito Santo — quase todas centradas na figura dos quiosques com telhado colonial e calçadões — como uma verdadeira "copacabanização" do litoral. A paisagem "igualzinha" agradaria aos turistas de melhor padrão financeiro e gosto mais apurado? Nem todos os projetos de urbanização têm passado

A técnica lembra que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que vem sendo discutido ao longo do litoral Sul do Estado, prioriza o pedestre no uso da praia. Quiosques e banheiros ocupando a faixa de areia, num espaçamento longe de atender aos padrões, contrariam essa prioridade. Almir Bressan, por sua vez, admite que existe um grande interesse público em relação a um lazer à beira-mar do tipo oferecido pelas praias do Estado.

"Há uma tendência de as pessoas quererem tudo às suas mãos na areia da praia. Só falta beberem cerveja de canudinho, sem sair do lugar", comenta, em tom irônico. Questões políticas de ordem sócio-econômica, admite, interferem na questão.

Poder

As prefeituras são o nível de poder que mais influencia na "urbanização". Linda Suzana Blant lembra que os planos diretores urbanos (PDUs) não poderiam permitir edifícios muito altos (que provocam sombra e interferem na aeração) e barraquinhas à beira-mar. Conflitos institucionais — prefeituras que não acatam orientações e sequer consultam técnicos — também

de Itapoã e Itaparica, onde a construção de 153 quiosques, a maioria dotada de banheiros, resulta em ameaça ao meio ambiente (lê-se contaminação da praia), despertam as autoridades públicas para a verdadeira ocupação do patrimônio público. Transferir o uso da praia para particular é crime", diz o prefeito Vasco Alves, preocupado com a situação registrada em seu município. Em nível estadual, a delegada do Departamento de Patrimônio da União

(DPU), Shisue Kawashima de Souza, admite que muitas prefeituras estimulam a ocupação, e lembra que edificar sobre a praia é proibido. Por isso, diante do processo que avança em terras capixabas — que o secretário para Assuntos do Meio Ambiente, Almir Bressan, define como "copacabanização" — ela promete realizar um levantamento completo da situação e, identificadas as irregularidades, denunciá-las à Advocacia Geral da União e à Procuradoria Geral da República. O objetivo é fazer com que os órgãos possam ingressar com ações civis contra as prefeituras responsáveis.



A construção de 153 quiosques em Itaparica, alguns com banheiro, pode provocar a contaminação da praia.

A delegada do Departamento de Patrimônio da União (DPU), Shisue Kawashima de Sousa, admite ter poder suficiente para requerer à Procuradoria da Fazenda Nacional (com o devido apoio da Polícia Federal), uma verdadeira ação de retirada de todos os invasores da orla marítima do Estado. Mas a delegada, há dois anos "a frente da representação do órgão no Espírito Santo, também admite que a situação é complexa e não quer ser "a vilã da história". A princípio, diz que somente a Praia da Costa — onde a urbanização não teria afetado a faixa de areia — obteve cessão do DPU para que o projeto fosse implantado. Nas demais praias, as prefeituras teriam executado ou permitido a execução de obras à revelia do DPU.

"Prefeitos que enchem a orla de barracas não têm uma visão turística correta. No Espírito Santo,

observa-se que há descuido em relação às praias e que cada prefeito age conforme deseja", diz a delegada, lembrando que a população também precisa estar consciente de que terrenos de marinha pertencem ao povo. "Depois de construídos os quiosques, principalmente os de alvenaria, a retirada acaba sendo vista como algo violento, um problema social, por envolver o sustento de famílias", comenta ela.

Pressões

Shisue Kawashima não nega que, por cumprir a legislação, enquanto responsável pelo patrimônio da União no Estado, acaba tornando-se alvo de pressões. Cita o Decreto-Lei 9.760, que entrou em vigor ainda na década de 40, para explicar o respaldo legal segundo o qual a praia é um bem público de uso comum, que não pode ser ocupado. "É um bem que não pode ser privilégio de alguns", reforça. Possíveis edificações só po-

dem ser feitas, com a devida autorização dos órgãos competentes, a partir de 33 metros da maré mais alta.

Dispondo de apenas cinco engenheiros no setor de fiscalização, o DPU, porém, não tem conseguido identificar as irregularidades existentes na orla do Espírito Santo. "Precisamos da ajuda da população, que deve denunciar", diz a delegada. Diante do avanço do processo de ocupação, e da constatação de que as construções vêm ocorrendo sem o devido conhecimento do órgão, Shisue Kawashima promete que solicitará informações às prefeituras e, identificadas as irregularidades, vai denunciá-las à Procuradoria-Geral da República e à Advocacia-Geral da União. A proposta é fazer com que prefeituras possam ser acionadas na Justiça por possíveis danos ao meio ambiente e uso indevido de área comum do povo.

Vasco admite demolir quiosques em VV

As praias de Itaparica e Itapoã, em Vila Velha, refletem hoje a situação mais grave em termos de ocupação da orla marítima. Um projeto de urbanização elaborado pela Prefeitura, na administração passada, dotou a região de um calçadão, 153 quiosques (barracas de alvenaria) e banheiros. A polêmica obra, na visão do prefeito atual, Vasco Alves de Oliveira Júnior, "é resultado da omissão criminosa de pessoas que ocupavam cargos públicos na época". A urbanização foi feita sem que o Departamento de Patrimônio da União (DPU) tivesse autorizado, formalmente, a cessão da área. A Prefeitura vem promovendo o levantamento da situação, que o prefeito define como "uma bomba de efeito retardado". Ele não descarta a possibilidade de, até mesmo, demolir quiosques que apresentem irregularidades de construção e uso.

Inaugurada no verão passado, a obra mostra agora uma série de problemas que, na opinião de Vasco Alves, deveriam ter sido impedidos e fiscalizados antes. Não há rede coletora nem um sistema de tra-

tamento de esgotos eficiente. Por isso, verdadeiras "lagoas" de dejetos surgiram no local. Técnicos da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), interditaram 54 banheiros, mas, na última sexta-feira, o secretário Almir Bressan admitia que alguns, à revelia da determinação, já funcionavam. Para o prefeito, a ação da Seama, "que licenciou a obra de urbanização, agora é politicagem".

Levantamento

Um levantamento minucioso da situação vem sendo feito pela Prefeitura. Amanhã, técnicos do órgão, o prefeito Vasco Alves e o secretário Almir Bressan reúnem-se para discutir medidas emergenciais. Segundo o prefeito, há seis meses a PMVV interditou três quiosques que foram dotados de um grande subsolo, interligando os prédios. No local, funcionaria até hoje. A liberação da obra de urbanização ocorreu quando o secretário de Meio Ambiente era o médico Jarbas Ribeiro de Assis Júnior. Vasco Alves diz que o ex-secretário, sob pressão, liberou a

obra para "segurar o cargo".

Na Seama, informações dão conta de que os banheiros não teriam tido projeto hidrossanitário aprovado. Tudo teria sido feito à revelia do órgão que, por sua vez, chegou a orientar a PMVV, na hipótese de construção dos banheiros, que eles ficassem a 50 metros da preamar máxima. Há casos em que eles estão a apenas 12 metros.

Ação

A PMVV está levantando a situação sob diversos aspectos: sanitário, ambiental, arquitetônico, tributário, entre outros. Em 30 dias, pretende determinar as revisões necessárias, não descartando, até mesmo, demolição de quiosques, dependendo da irregularidade encontrada. A Seama já constatou que, em Itaparica, o terreno permeável está permitindo a contaminação do lençol freático. A poluição da praia por esgoto, nas condições em que o sistema foi implantado, é inevitável se não for corrigida a situação.

Respondendo interinamente pela Coordenadoria de Proteção do Meio Ambiente e do Patrimô-

nio Cultural e Natural do Ministério Público, o promotor Humberto Alexandre Campos Ramos admite que "lei é o que não falta no país", numa referência à legislação que regula a ocupação do solo e a proteção de bens públicos como as praias. Mas diz que falta estrutura fiscalizadora dos órgãos competentes, para coibir os abusos. O promotor não nega que interesses políticos também interferem.

A situação da orla de Itaparica e Itapoã já seria alvo, segundo a delegacia de Patrimônio da União, de uma ação civil pública. Mas o promotor disse que remeterá ofício à Curadoria do Meio Ambiente, em Vila Velha, para que um inquérito civil e a posterior ação civil pública ambiental seja instaurada. "Vamos solicitar um laudo técnico da situação à Seama, para respaldar o inquérito que vai apurar as responsabilidades", disse ele. Alexandre Ramos não deixa de frisar que a Prefeitura deveria ter usado, no mínimo, seu Código de Posturas, para evitar as irregularidades. Como foi a própria PMVV quem idealizou a obra...

praias de Itapoã e Itaparica, pela administração do ex-prefeito Jorge Anders, é um dos mais sérios problemas hoje registrados no município. Do ponto de vista sanitário, ambiental e do próprio direito, Vasco Alves diz que houve desrespeito a normas e leis. Em Anchieta, município litorâneo do Sul do Estado, o secretário de Turismo, José Olímpio Alóchio, admite problemas na praia de Iriri, onde 18 quiosques, construídos por particulares, constituiriam uma das preocupações.

José Alóchio lembra que turistas gosta de organização, limpeza,

tando orientações até mesmo no sentido de seguirem a legislação sanitária.

Em Vila Velha, Vasco Alves lembra que "privatizar a praia é um crime gravíssimo", numa referência ao fato de os quiosques serem explorados por particulares que arcaram com as despesas da construção. "Há uma cultura de degradação que precisa ser eliminada", frisa. O município está desenvolvendo um projeto de uso da orla marítima e vai elaborar um plano diretor de saneamento. O código sanitário só recentemente foi sancionado e o prefeito já criou a estrutura de fiscalização.

Alteração iguala toda a orla

O secretário de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), Almir Bressan, não nega que, como homem público, se sinta dividido entre o que determina a legislação e "os anseios da população". No que diz respeito à urbanização da orla marítima do Espírito Santo — um dos fortes atrativos dos turistas, ansiosamente esperados nesta época do ano — garante que, como cidadão, diz "não" às barraquinhas e calçadões que, com raras exceções, agridem o meio ambiente, alterando, inclusive, a linha de força (contato terra-mar) da orla. A alteração da característica de cada praia acaba igualando toda a orla, segundo admite a coordenadora de Recursos Naturais da Seama, Linda Suzana Brant.

Almir Bressan define as chamadas obras de urbanização de praias no Espírito Santo — quase todas centradas na figura dos quiosques com telhado colonial e calçadões — como uma verdadeira "copacabanização" do litoral. A paisagem "igualzinha" agradaria aos turistas de melhor padrão financeiro e gosto mais apurado? Nem todos os projetos de urbanização têm passado pelo crivo da Secretaria, que editou, em 1991, um vídeo intitulado: "Barracas na orla. Lazer ou impacto ambiental?". Prefeituras foram chamadas para discussão do assunto e obter informações sobre algumas questões técnicas.

Mínimo

Linda Suzana Brant diz que as prefeituras foram orientadas sobre como proceder para atender ao mínimo em termos de aspectos paisagísticos, sanitários e ambientais. Uma das orientações dizia respeito ao espaçamento de, no mínimo, 70 metros entre construções (sempre respeitando os limites impostos pelo DPU). Banheiros requerem o preenchimento de uma série de exigências, mas quem as cumpre?

A técnica lembra que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que vem sendo discutido ao longo do litoral Sul do Estado, prioriza o pedestre no uso da praia. Quiosques e banheiros ocupando a faixa de areia, num espaçamento longe de atender aos padrões, contrariam essa prioridade. Almir Bressan, por sua vez, admite que existe um grande interesse público em relação a um lazer à beira-mar do tipo oferecido pelas praias do Estado.

"Há uma tendência de as pessoas quererem tudo às suas mãos na areia da praia. Só falta beberem cerveja de canudinho, sem sair do lugar", comenta, em tom irônico. Questões políticas de ordem sócio-econômica, admite, interferem na questão.

Poder

As prefeituras são o nível de poder que mais influencia na "urbanização". Linda Suzana Brant lembra que os planos diretores urbanos (PDUs) não poderiam permitir edifícios muito altos (que provocam sombra e interferem na aeração) e barraquinhas à beira-mar. Conflitos institucionais — prefeituras que não acatam orientações e sequer consultam técnicos — também contribuem para a realidade atual. "Se não forem observados critérios, se a legislação não for cumprida, corre-se o risco de se inviabilizar, economicamente, sob o ponto de vista turístico, o litoral capixaba", admite a técnica da Seama.

A preservação do litoral é algo que gera preocupação em nível nacional. No Espírito Santo, Almir Bressan diz que diretrizes de uso vêm sendo definidas para que, posteriormente, possa ser aprovada uma lei, pela Assembleia Legislativa, que resultaria na garantia da melhoria da qualidade ambiental. As discussões começaram no ano passado mas, enquanto a lei não é aprovada, resta às prefeituras atuarem com um mínimo de bom senso.